



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 05, pp. 46894-46897, May, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.21829.05.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: POLÍTICA DE MONITORAMENTO E O PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS

\*<sup>1</sup>Kátia Paulino dos Santos, <sup>2</sup>Hermínia Gonçalves and <sup>3</sup>Teresa Sequeira

<sup>1</sup>Professora Adjunta e Reitora da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Amapá, Brasil; <sup>2</sup>Professora Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, Portugal; <sup>3</sup>Professora Auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Investigadora efectiva do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD). Vila Real, Portugal

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 17<sup>th</sup> February, 2021  
Received in revised form  
21<sup>st</sup> March, 2021  
Accepted 19<sup>th</sup> April, 2021  
Published online 22<sup>th</sup> May, 2021

#### Key Words:

Empreendimentos econômicos solidários,  
Economia solidária, Monitoramento,  
Secretaria Nacional de Economia Solidária.

#### \*Corresponding author:

Kátia Paulino dos Santos,

### ABSTRACT

A política de fomento à economia solidária registou um forte impulso no Brasil a partir da assunção do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República, em 2003. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada no início da gestão do Presidente Lula, sendo estruturada de forma a dialogar com a sociedade civil organizada, por meio de diferentes representações sociais, movimentos sociais, associações e cooperativas fizeram parte da estruturação da política de fomento, sistematizada por meio das Conferências Nacionais, com a participação ativa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Este estudo tem o objetivo de analisar a política de monitoramento adotada pela SENAES e ainda o perfil dos empreendimentos mapeados a partir dessas ações.

Copyright © 2021, Gustavo Henrique Petean et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Kátia Paulino dos Santos, Hermínia Gonçalves and Teresa Sequeira. 2021. "Economia solidária no brasil: política de monitoramento e o perfil dos empreendimentos", *International Journal of Development Research*, 11, (05), 46894-46897.

## INTRODUÇÃO

A economia solidária vem se destacando mundialmente como uma grande alternativa à lógica capitalista, principalmente pela ampliação dos estudos e militância sobre sustentabilidade, que revelam o caráter nocivo e segregador da lógica capitalista. Por possuir características essencialmente contrárias à economia capitalista tradicional, de forma a valorizar fatores como o equilíbrio ambiental e a solidariedade entre os sócios, a economia solidária passa a ser endossada por grandes pesquisadores ambientalistas e humanistas, vindo também a ser fomentada por meio de políticas públicas em vários estados. Este estudo tem o objetivo compreender a ação de monitoramento aos empreendimentos da economia solidária no Brasil bem como o perfil dos empreendimentos, com base nos mapeamentos realizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). O estudo foi viabilizado por meio de pesquisa quanti-qualitativa, com ênfase em pesquisa bibliográfica e documental, onde se priorizou estudos brasileiros e internacionais sobre economia solidária e os relatórios de gestão da SENAES. Este artigo estruturou-se em três partes: na primeira tratou-se prática social da economia solidária no Brasil; na segunda se discorreu sobre o Sistema de Informações em Economia Solidária e sobre os mapeamentos realizados pela SENAES; e por

fim, passou-se à análise das características dos empreendimentos econômicos solidários mapeados pelo Estado Brasileiro. Pode-se constatar por este estudo a dinamização da política de monitoramento adotada pela SENAES, assim como os resultados exitosos da política de fomento à economia solidária voltada aos empreendimentos analisados.

**Economia solidária e sua prática social no Brasil:** Nas políticas de fomento à economia solidária verifica-se uma característica curiosa, que é o fato de o Estado cunhar, na própria sociedade civil, pessoas para elaborarem a política. Isso significa que essas políticas têm uma vocação para serem políticas mais horizontalizadas e menos verticalizadas. Mas essa parceria envolve muita tensão, muita fricção e as razões são inúmeras. É uma parceria que se dá numa relação de conflito e cooperação. Porém o saldo, no final das contas, é positivo, havendo muito aprendizado. O fato curioso é que as parcerias não ocorrem apenas entre o poder público e a sociedade civil, mas entre os atores da sociedade civil. Cria-se uma forma de aprendizado com essa política. Essa primeira dimensão é indispensável para a prática efetiva das políticas de Economia Solidária. Agora, evidentemente, essas parcerias dependem das características do tecido organizativo local (Schwengber *et al*, 2012). Pochmann (2004) chama a atenção para o contexto da economia solidária no Brasil, para seus limites

forma de estruturação das políticas públicas. Sobre isso, o autor destaca cinco grandes lacunas cujo papel das políticas públicas pode ser determinante no fortalecimento da economia solidária no País. Inicialmente destaca-se a necessidade de uma definição a respeito da regulação pública que defina o estatuto da economia solidária. Afirma que se pode enfrentar a lacuna decorrente do vazio legal que confunde a ética solidária com concorrência desleal e mesmo com falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos empregados assalariados. A segunda lacuna diz respeito ao padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da economia solidária. Em certo sentido, parte-se do pressuposto de que o sistema bancário tradicional se encontra distante dos princípios éticos da economia solidária, exigindo, por pressuposto, uma linha nacional de financiamento própria, estruturada por agentes de créditos populares e cooperativas comunitárias adequadas ao modo de produção não capitalista. Como terceira lacuna passível de ser preenchida por política pública resulta a necessidade de constituição de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária. Além da articulação das fontes institucionais existentes de financiamentos (fundos setoriais, Finep, Fapesp e congêneres estaduais) e de instituições de ensino, cabe a promoção de um organismo voltado ao apoio e à formação técnica na economia solidária, a exemplo do que existe para a economia capitalista. A quarta lacuna relaciona-se à incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior. Como são, em geral, políticas direcionadas tão-somente ao modo de produção capitalista, nada mais adequado que seja realizada uma reformulação ampla e capaz de incluir a economia solidária sob novos paradigmas éticos de produção e exportação.

Por fim, como quinta lacuna de política governamental surge o tema das compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias. A SENAES faz parte da história de mobilização e articulação política de diversos sujeitos e organizações que fomentam e participam de iniciativas de ES enquanto estratégia de enfrentamento à exclusão e à precarização do trabalho, a partir das formas coletivas de geração de trabalho e renda, e articulada aos processos democráticos e sustentáveis de desenvolvimento. A organização dessa política expressa uma parte desse movimento de redemocratização política, quando os movimentos sociais ampliaram suas capacidades organizativas, reivindicatórias e propositivas, na constituição de fóruns e redes, que ganharam impulso no final da década de 90 e se consolidaram na primeira década do século XXI, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a conquista de um espaço institucional de coordenação de políticas públicas de economia solidária no Brasil. (SENAES, 2012). No item a seguir será tratado da forma de monitoramento adotada pela SENAES, que integra de forma deliberada a iniciativa da gestão democrática e dialogada com movimentos sociais, entre outras entidades de representação.

#### **Sistemas de informações e mapeamentos da economia solidária:**

O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) foi desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, sob a coordenação da Comissão Gestora Nacional e em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária enquanto um instrumento para identificação e registro de informações de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento à economia solidária e políticas públicas de economia solidária no Brasil (SENAES, 2013). O sistema se destaca como um mecanismo de pesquisa voltado à economia solidária e por ser pioneiro em consolidar uma base de dados de abrangência nacional e por seu modelo de gestão participativa da pesquisa. Embora a base seja muito nova e só tenha chegado à metade dos municípios brasileiros é preciso reconhecê-la como importante avanço para o dimensionamento da economia solidária em todo o território brasileiro. Nas demais bases nacionais, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não existem categorias específicas como “trabalhador associado”, “sócio cooperado”, “empresa autogestionária”, etc.; por isso, é impossível identificar com precisão o que constitui economia solidária em meio aos dados globais (Santos, 2014).

Santos (2014) reforça que o instrumento de captação de dados do SIES foi reestruturado na nova fase do mapeamento, em 2009, para melhor refletir a diversidade da economia solidária no Brasil, principalmente com a introdução de uma tipologia de Empreendimentos Econômicos Solidários, a fim de captar informações sobre formas específicas – consumo, distribuição, finanças – que se perdem quando o foco recai sobre a produção coletiva de bens ou serviços. Quanto à metodologia participativa, o mapeamento é fruto de uma parceria entre governo e sociedade, que inclui a representação na gestão de todos os processos do SIES e a opção por incluir atores do próprio campo nas equipes executoras. Se esta opção implica problemas em termos de experiência de pesquisa, por outro lado privilegia conhecimentos prévios sobre o universo a ser mapeado, além de ter contribuído para efeitos de mobilização e articulação social.

São objetivos do SIES: (SENAES, 2013)

- a) Constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária;
- b) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização;
- c) Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;
- d) Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária;
- e) Subsidiar a formulação de políticas públicas;
- f) Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; e
- g) Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária.

O SIES foi implantado no ano de 2004 e até o momento realizou três rodadas nacionais de identificação e caracterização dos empreendimentos econômico solidários (EES) no país. O primeiro levantamento ocorreu em 2005 quando foram mapeados 14.954 EES. As informações foram complementadas em 2007, com o levantamento de mais 6.905 empreendimentos, ficando estabelecido como o segundo mapeamento. Nesta primeira fase foram totalizadas informações de 21.859 empreendimentos. A terceira e última rodada ocorreu nos anos de 2010-2012 quando foram mapeados mais 11.663 EES. Portanto, desde 2004 o SIES já identificou 33.518 EES em todo o território nacional. (SENAES, 2013). Os dados do SIES demonstram que 72,7% dos empreendimentos receberam apoio ou assessoria externa, sendo que 40,6% de órgãos governamentais, 22,9% de ONGs, Igrejas ou associações, 20,4% do “sistema S”, etc. Segundo Gaiger (2009, p. 576), os “EES beneficiados com algum apoio apresentam um grau de desempenho global mais positivo do que os demais, exceto no caso de EES apoiados unicamente por órgãos governamentais”. Não há dúvidas que o envolvimento dos agentes externos qualifique o processo, a questão é sobre o espaço de decisão que estes agentes adquirem frente aos EES em seu cotidiano e em um plano maior – no FBES. O Mapeamento das experiências de Economia Popular Solidária consistiu numa das atividades realizadas pela SENAES e pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, que abrangeu mesmo com a incipiência do programa, todos os estados brasileiros. Este mapeamento procurou desvelar as principais características socioeconômicas dos empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda no Brasil, relacionadas com as seguintes indagações: Qual é a renda obtida por estas experiências? Onde estão localizadas? Qual a quantidade existente de experiências coletivas? Quantos trabalhadores estão inseridos? Entre outros elementos. Ou seja, para que o mencionado programa social - juntamente com a SENAES - possa contribuir para a viabilidade das experiências coletivas, possibilitando a manutenção e permanência destes empreendimentos no mercado, de forma que passem a obter sobras e conseqüentemente gerar renda aos seus trabalhadores, faz-se necessário uma apreensão desta realidade.

(Goerck, 2009). Gaiger (2007) ressalta que um amplo levantamento sobre a economia solidária se realizou no Brasil em 2006-2007, ficando conhecido como primeiro Mapeamento Nacional de Economia Solidária, o qual fora idealizado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e pelo Governo Federal, com o apoio de universidades, instituições de pesquisa e ONGs. Em 2006, o término da etapa principal de coleta de informações resultou em uma base de dados sobre 15 mil Empreendimentos de Economia Solidária (EES), envolvendo uma população estimada de 1,2 milhão de participantes, em todos os Estados do país e em 41% dos municípios. Em fins de 2007, uma pesquisa de campo complementar propiciou a inserção de mais sete mil empreendimentos na base de dados.

O autor enfatiza ainda que os dados do Mapeamento contêm indicadores importantes quanto ao modo e ao grau como os empreendimentos de economia solidária respondem a esses desafios. As limitações de espaço obrigam a restringir a análise a um plano geral e abstrato, quase sem fazer referências a exemplos concretos e sem trazer diretamente à discussão a notória diversidade da economia solidária, quanto aos setores econômicos, às categorias sociais envolvidas, às atividades coletivas e às formas de organização. Essa diversidade, indiscutivelmente relevante do ponto de vista sociológico, seria de consideração indispensável em análises subsequentes, sugeridas adiante através da proposição de tipologias interpretativas. De acordo com Carneiro (2014), o I Mapeamento da Economia Solidária demonstrou a expressividade da economia solidária no atual contexto e como em diferentes localidades (urbanas ou rurais) ou formatos organizacionais (associações, grupos informais etc.) a presença dos princípios solidários (a autogestão, a cooperação e solidariedade) são marcantes nos empreendimentos econômicos solidários. Gaiger (2007) destaca que o primeiro Mapeamento Nacional, foi idealizado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e pelo Governo Federal, com o apoio de universidades, instituições de pesquisa e ONGs. Em 2006, o término da etapa principal de coleta de informações resultou em uma base de dados sobre 15 mil Empreendimentos de Economia Solidária (EES), envolvendo uma população estimada de 1,2 milhão de participantes, em todos os Estados do país e em 41% dos municípios. Em fins de 2007, uma pesquisa de campo complementar propiciou a inserção de mais sete mil empreendimentos na base de dados.

Goerck (2009) elenca os objetivos do mapeamento da economia popular solidária no Brasil: a) constituir uma base nacional de informação em Economia Popular Solidária com identificação e caracterização de empreendimentos coletivos e das instituições de apoio, assessoria e fomento à Economia Popular Solidária; b) fortalecer e integrar empreendimentos econômicos solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, por meio de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar os processos de comercialização; c) dar visibilidade à Economia Popular Solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; d) propiciar espaços públicos de reconhecimento da Economia Popular Solidária; e) possibilitar a elaboração de um Marco Jurídico adequando as experiências de Economia Popular Solidária; f) potencializar a formulação de uma política pública que abranja a Economia Popular Solidária futuramente; g) possibilitar o desenvolvimento da produção de conhecimentos científicos sobre o tema. O último mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil foi realizado no período de 2010 a 2012, ocasião em que foram mapeados 19.708 empreendimentos, sob a organização da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). No item a seguir serão analisados alguns dos principais resultados alcançados pelo mapeamento, que representa uma importante ação de avaliação da política de economia solidária no Brasil.

**Características dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil:** O mapeamento é o instrumento oficial de avaliação da política de economia solidária. Santos (2014) ressalta que os dados do SIES e as prioridades expressas nas bandeiras de luta do movimento refletem as muitas dificuldades que os empreendimentos da economia solidária encontram ao longo de suas histórias, mas estas não

obscuram o elemento político que motiva os trabalhadores a aderirem a um compromisso mais amplo e, neste caso, as dificuldades dos EES se convertem nas principais demandas do movimento. Neste item serão demonstrados os principais resultados do último mapeamento, realizado no período de 2010 a 2012, ocasião em que foram mapeados 19.708 empreendimentos, sob a organização da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). De acordo com relatório transmitido pela SENAES (2013), a maioria dos EES da base do SIES está registrada como associação (60%), conforme se verifica na tabela 8. Outras formas jurídicas são a cooperativa (8,8%) e as diversas formas de sociedade mercantil (0,6%). Portanto, o grau de formalização dos EES é de praticamente 70%, pois 30,5 % dos mesmos declaram que atuam como grupos informais.

**Tabela 1. Tipo de Organização (2010-2012)**

Forma de organização	Quantidade	%
Grupo Informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade Mercantil	127	0,6
Total	19.708	100

Fonte: SENAES/2013.

Conforme demonstra a tabela 9, mais de 40 % dos EES da base do SIES se localizam na região Nordeste. Nas regiões Norte, Sudeste e Sul a distribuição é bastante próxima (15,9%; 16,4% e 16,7% respectivamente). Enquanto na região Centro Oeste os 2.021 EES representam 10,3% do total. (SENAES, 2013)

**Tabela 2. Distribuição Regional (2010-2012)**

Região	Quantidade	%
Norte	3.127	15,9
Nordeste	8.040	40,8
Sudeste	3.228	16,4
Sul	3.292	16,7
Centro Oeste	2.021	10,3
Total	19.708	100

Fonte: SENAES/2013.

Do total dos EES, a maioria atua na área rural (54,8%), como se verifica na tabela 3. Mas se considerar a relação entre a área de atuação e a região dos EES é possível verificar que somente nas regiões Norte e Centro Oeste a distribuição é próxima a média nacional. Na região sul a atuação dos EES na área rural e urbana é equilibrada (em torno de 42%), na região Nordeste o predomínio de EES que atuam na área rural é bastante superior à média nacional (72,2%). Por sua vez na região Sudeste predominam os EES que atuam na área urbana (61%). Com relação às conquistas alcançadas, a maioria dos empreendedores entrevistados respondeu que a principal conquista do empreendimento é a integração do grupo / coletivo (24%), o que por certo é um resultado extremamente significativo no mapeamento, tendo em vista que a solidariedade é um dos principais valores a serem fomentados pela economia solidária. A segunda resposta mais incidente referente ao avanço voltou-se à geração de renda / obtenção de maiores ganhos (21%), sendo esta outra importante informação coletada pelo mapeamento, uma vez que demonstra na possibilidade de melhoria de qualidade de vida das pessoas envolvidas em função do empreendimento, e, conseqüentemente, em sua viabilidade econômica. Com relação aos desafios dos empreendimentos, verificou-se que a necessidade de ampliação da renda para aos sócios, que ainda consideram a renda alcançada insuficiente para suas despesas, e ainda a viabilidade econômica dos empreendimentos, item que frequentemente foi pontuado pelos empreendedores, que almejam maior estabilidade em seus negócios. Com o mapeamento, as pesquisas sobre a economia solidária no Brasil passam a dispor de uma importante base de informações. Ao agregar informações dos 19.708 empreendimentos do último mapeamento, somando-se ao mapeamento anterior, alcança-se montante superior a 33.000 empreendimentos mapeados nas 27 Unidades da Federação, sobre a gênese dos empreendimentos,

Tabela 3. Distribuição da área de atuação por Região (2010-2012)

Região / Área de atuação	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro-Oeste	%	Brasil	%
Rural	1.566	50,1	5.804	72,2	959	29,7	1.382	42,0	1.082	53,5	10.793	54,8
Urbana	1.270	40,6	1.554	19,3	1.970	61,0	1.392	42,3	670	33,2	6.856	34,8
Rural e Urbana	290	9,3	682	8,5	299	9,3	518	15,7	269	13,3	2.058	10,4
Total	3.126	100	8.040	100	3.228	100	3.292	100	2.021	100	19.708	100

Fonte: SENAES/2013.

suas estratégias de desenvolvimento e os benefícios que aportam para seus integrantes e seus entornos sociais. Essa base de dados propicia análises a partir de uma visão ampla do perfil socioeconômico e das práticas de gestão da economia solidária. Os estudos acadêmicos sobre a economia solidária multiplicaram-se nos últimos anos, e a existência de informações abrangentes e sistematizadas a respeito permitiu as pesquisas com abordagens qualitativas, valiosas para o exame dos traços particulares dessas organizações, explicitando suas tendências predominantes e seus efeitos sobre as condições de vida dos trabalhadores. O mapeamento permite uma mudança nas análises e a rediscussão de teorias importantes, presentes no debate acadêmico e político. No espaço reservado a essa discussão, massificam-se significativas possibilidades, e viabilizam-se a exploração de informações que permitam debater e apresentar qualitativa e quantitativamente essas organizações econômicas, do ponto de vista das inovações que introduzem no modo de agenciar seus recursos produtivos, humanos e materiais, e assim responder a suas necessidades e objetivos.

## CONCLUSÃO

A política de economia solidária no Brasil, de 2003 aos dias atuais, avançou significativamente em termos quantitativos, o que pode ser avaliado pelos indicadores do mapeamento e ainda pelo montante de ações realizadas, mas também em termos qualitativos, dada a orientação política de priorizar a pauta da economia solidária, afirmando-a como política de Estado e a institucionalizando. Certamente, muitas lacunas devem ainda ser sanadas e muitos obstáculos superados, realidade compreensível dada a conjuntura política e econômica, bem como a trajetória histórica da sociedade brasileira. Dentre as fragilidades, algumas destacam-se e merecem atenção especial. A necessidade de disseminação da compreensão do significado e do diferencial da economia solidária em detrimento da economia capitalista tradicional é imperativo, pois do contrário torna-se inviabilizada a possibilidade de afirmação desta pauta como política pública. Além disso, verifica-se que o fomento aos empreendimentos da economia solidária deve percorrer um ciclo planejado e estratégico, onde a linha de chegada ou finalização seja concomitante ao processo de emancipação do empreendimento, para que não se estabeleça um elo de dependência ou subordinação ao Estado ou a agentes públicos. No caso brasileiro, a trajetória da política pública é marcada pela desigualdade e desequilíbrio político-espacial, uma vez que as regiões Norte e Nordeste destacam-se por desvantagem em quantitativo de incentivos e recursos governamentais, se comparadas com as outras regiões brasileiras, em especial as do eixo Sul e Sudeste. Sendo que tal realidade influencia significativamente na composição dos indicadores regionais brasileiros, restando as regiões Norte e Nordeste a ocupação de posições desvantajosas com relação aos indicadores de desenvolvimento de uma forma geral. Neste sentido, o redesenhar de política que busque atender efetivamente às especificidades brasileiras é determinante para o melhoramento dos resultados alcançados pelas políticas públicas nacionais. Em se tratando de política específica e diferenciada como a Economia Solidária, que de certa forma representa a negação de valores chancelados pela economia capitalista, tal atenção e cautela necessita ser redobrada.

## AGRADECIMENTO

Agradecemos o suporte ao estudo proporcionados pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP-BRASIL) e pela Universidade Trás-os-Montes de Alto Douro (UTAD-Portugal). Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04011/2020.

## REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. 2014. A construção coletiva da Política Pública de Economia Solidária: as Conferências Nacionais de Economia Solidária. *Otra Economía*, 8(15):230-243, julio-diciembre 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2014.815.09/4396>. Acesso em: 03/01/2021.
- GAIGER, Luiz Inácio. 2007. A outra racionalidade da economia solidária: Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Ed 79. Dezembro de 2007.
- GAIGER, Luiz Inácio. 2009. Antecedentes e expressões atuais da Economia Solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, Março 2009. (p. 81-99). Disponível em: [http://base.socioeco.org/docs/rcsc\\_84\\_luiz\\_inacio\\_gaiger.pdf](http://base.socioeco.org/docs/rcsc_84_luiz_inacio_gaiger.pdf). Acesso em: 25/03/2021.
- GOERCK, Caroline. 2009. *Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul*. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/449/1/417714.pdf>. Acesso em: 26/03/2021.
- POCHMANN, Marcio. 2004. *Economia solidária no Brasil: Possibilidades e limites*. Nota Técnica da Revista Mercado de Trabalho: IPEA.
- SANTOS, Aline Mendonça dos. 2014. Os dilemas da organização popular do movimento da economia solidária no Brasil. *Otra Economía*, 8(15):196-209, julio-diciembre. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/otra.2014.815.07/4394>. Acesso em: 28/02/2021.
- SCHWENGBER, Ângela et al. O estado da arte das políticas públicas de economia solidária no Brasil: uma análise qualitativa dessa construção. In: BENINI, Edi A.; FARIA, Maurício Sardá de; NOVAES, Henrique T.; DAGNINI, Renato (Org.s). 2012. *Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária*. São Paulo: Outras Expressões. p. 413-444.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). 2012. *Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária (2003-2010)*. Brasília: Ministério do Trabalho e emprego.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). 2013. *Histórico da Economia Solidária*. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Brasília: Ministério do Trabalho e emprego.